

Revista Brasileira de  
**CIÊNCIAS DO ESPORTE**[www.rbceonline.org.br](http://www.rbceonline.org.br)

## ARTIGO ORIGINAL

**Motrivivência, 25: registros de uma trajetória, perspectivas de continuidade**Mauricio Roberto da Silva<sup>a,b,c</sup>, Giovani de Lorenzi Pires<sup>a,c,\*</sup><sup>a</sup>Departamento de Educação Física, Centro de Desportos, Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis, SC, Brasil<sup>b</sup>Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Educação da Unochapecó, Chapecó, SC, Brasil<sup>c</sup>Editor da Revista Motrivivência

Recebido em 18 de julho de 2013; aceito em 13 de outubro de 2013

## PALAVRAS-CHAVE

Motrivivência;  
Periódicos científicos;  
Produtivismo  
acadêmico;  
Educação Física

**Resumo** O texto aproveita o vigésimo quinto aniversário da *Motrivivência* para recuperar aspectos da trajetória histórica da revista em suas fases sergipana e catarinense, destacando o enfrentamento de dificuldades técnicas e de resistências políticas ao seu projeto editorial crítico e emancipatório. Também elabora reflexões sobre o atual momento pelo qual passam os periódicos científicos da área na sua relação com o produtivismo acadêmico e com os sistemas de avaliação da pós-graduação brasileira, sobretudo na Área 21 da CAPES.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda.

Este é um artigo Open Access sob a licença de [CC BY-NC-ND](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

## KEYWORDS

Motrivivência;  
Scientific journals;  
Academic  
productivism;  
Physical education**Motrivivência, 25: records of a journey, prospects of continuity**

**Abstract** The text leverages the twenty-fifth anniversary of *Motrivivência* to recover aspects of the journal's historical trajectory in its Sergipe and Santa Catarina phases, highlighting the technical difficulties and political resistance to its critical and emancipatory editorial project. It also reflects on the current situation that the scientific journals are experiencing and its relationship with the academic productivism and the evaluation systems of Brazilian graduation, especially in Area 21 of CAPES.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Published by Elsevier Editora Ltda.

Este é um artigo Open Access sob a licença de [CC BY-NC-ND](http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

\*Autor para correspondência.

E-mail: [giovani.pires@ufsc.br](mailto:giovani.pires@ufsc.br) (G.L. Pires).

**PALABRAS CLAVE**

*Motrivivência*;  
Revistas científicas;  
Productividad  
académica;  
Educação física

**Motrivivência, 25: registros de una trayectoria, perspectivas de continuidad**

**Resumen** El texto aprovecha a lo vigésimo quinto cumpleaños de la *Motrivivência* para recuperar aspectos de trayectoria histórica de la revista científica en sus fases en Sergipe y en Santa Catarina, con énfasis a lo enfrentamiento de dificultades técnicas y resistencias políticas a su proyecto editorial crítico y esclarecedor. También constroye reflexiones sobre el actual momento por lo cual pasan las revistas científicas de la área en su relación con la producción académica y con los sistemas de evaluación del posgrado en el contexto brasileño, sobretudo en la área 21 de la CAPES.

© 2014 Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte. Publicado por Elsevier Editora Ltda.

Este é um artigo Open Access sob a licença de [CC BY-NC-ND](https://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/)

*O passado não reconhece o seu lugar – está sempre presente.*  
(Mário Quintana)

### Palavras iniciais: o passado recente, o presente e o futuro do presente

O honroso convite da editoria da Revista Brasileira de Ciências do Esporte para que compuséssemos esse suplemento sobre os periódicos nacionais do campo da Educação Física nos oferece a oportunidade de promover algumas reflexões sobre o passado-presente que marca o percurso de 25 anos (“bodas de prata”) que a revista completou em 2013. Uma iniciativa ousada, ainda que um tanto ingênua, de um conjunto de professores de uma universidade pública pequena do menor Estado da federação; uma trajetória de muitas dificuldades, vários percalços, mas também de realizações que consagraram um projeto editorial de natureza crítico-social, sem perder a ternura jamais, bem ao sabor das utopias vividas nos anos 80, na Educação Física e na sociedade brasileira, que se preparava para viver sua primeira eleição direta para Presidente da República em quase trinta anos.

Nesse texto, para registrar a trajetória da *Motrivivência* e suas perspectivas de continuidade, recorreremos a Norberto Bobbio, em *O Tempo da Memória* (1997, p.30-31), que nos lembra:

“Não desperdicemos o pouco tempo que nos resta. Percorramos de novo o nosso caminho. As recordações virão em nosso auxílio. No entanto, as recordações não aflorarão se não a formos procurar nos recantos mais distantes da memória. O relembrar é uma atividade mental que não exercitamos com frequência porque desgastante ou embaraçosa. Mas é uma atividade salutar. Na rememoração reencontramos a nós mesmos e a nossa identidade, não obstante os muitos anos transcorridos.”

Lembrar é sempre um desafio emancipatório e relembrar dos meandros do surgimento da *Motrivivência* nos faz olhar para as imagens do passado recente; também significa olhar para o agora, enquanto um presente contínuo com suas relações orgânicas com o passado público e o futuro do presente. Neste sentido, Hobsbawm (2006, p. 11), nos

diz que o ofício dos historiadores (editores) é “lembrar que os outros esquecem e que a memória sempre presente a nossa época e está intimamente ligada ao eterno presente: a história é uma representação do passado”. Nestes termos, refletir sobre o presente da revista significa redimensioná-la à luz da história do passado da *Motrivivência*, uma vez que o passado “está sempre presente” no dizer do nosso grande poeta Quintana. Esse verso é de suma importância para a reflexão sobre a trajetória e continuidade da revista, tendo em vista a sua consolidação. Nas páginas que se seguem, a história aqui pode ser compreendida como a medula do estudo social e uma permanente atualidade e, por isso, deve trazer os acontecimentos do passado, redimensionando-os no presente e anunciando o futuro, principalmente, porque sem o uso da história e sem o sentido histórico das questões sociais, o cientista social não pode, adequadamente, formular os tipos de problemas que devem ser, agora, os pontos cardeais de seus estudos (Mills, 1982). Contudo, trata-se apenas de alguns recortes delimitados da história possível da revista e sua inserção no contexto político, econômico e científico.

Neste texto, não nos demoraremos, senão tangencialmente, na discussão dos temas que demarcam o debate atual no âmbito dos periódicos científicos, como questões de financiamento, indexação, fator de impacto, plágios e autoplágios, e outros. Embora reconheçamos a importância desses assuntos para o aperfeiçoamento da comunicação científica em nosso campo, consideramos que outros editores, mais envolvidos com eles, poderão enfrentá-los com maior conhecimento de causa. Mesmo porque, para a *Motrivivência*, sempre foi nosso critério de qualidade a relevância social do que publicamos e o reconhecimento obtido por parte daqueles que, em nosso campo, pensam uma Educação Física que tenha como pressuposto ajudar a superar as mazelas sociais que limitam o acesso da maioria da sociedade à educação, ao trabalho, ao lazer, ao esporte, à cultura, à arte e outros pontos da agenda das políticas públicas e sociais.

Isso posto, o escopo deste texto é trazer para o debate a trajetória da revista e, para tanto, a sua história pode ser dividida, conforme Ferreira Neto (1999), em dois momentos ou fases, a saber: uma fase iniciada no DEF/UFS (Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe), de 1988 a 1993, chamada de fase sergipana e a outra, a fase catarinense no CDS/UFSC (Centro de Desportos da em Santa Catarina), de 1993 até agora.

### A fase sergipana (1988 a 1993): os primeiros passos do projeto editorial, aspectos políticos, científicos e editoriais

A fase sergipana da revista, como veremos no decorrer do texto, é situada em um dado contexto social, político e econômico do Brasil, do estado de Sergipe e do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe. Antes demais nada, temos que reconhecer que recuperar a memória da gênese da *Motrivivência* no âmbito do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe não é tarefa fácil, devido às questões de natureza multidimensionais, em especial, macro e micro social: acadêmica, educacional e político-econômica que envolve a reflexão sobre política científica e, essencialmente, política editorial. Trata-se de uma tarefa não para um texto apenas, mas para uma longa pesquisa teórica, documental e história oral.

Grosso modo, o nascimento do projeto editorial *Motrivivência* foi marcado por enormes dificuldades, uma vez que um princípio ético seguido pelo editor responsável e os editores adjuntos era a proibição de publicidade, mesmo como meio à obtenção de recursos. Os quatro primeiros números editados exigiram uma grande dose de persistência, mediação e diálogos constantes, no sentido de garantir a linha editorial crítica e criativa. Por outro lado, a *Motrivivência* possibilitou, também, uma educação estética através de belíssimas e inteligentes ilustrações, em suas capas e páginas, resultados da brilhante capacidade de comunicação artística. Some-se a isso, igualmente, “os editoriais que conseguiam radiografar, de forma crítica e poética, o momento sócio-político em que cada número foi lançado; os valiosos poemas e pensamentos de homens que marcaram a história da humanidade; a seção Humores e Rumores, com charges inteligentes e criativas; e, finalmente, as fotos que eram expressivos registros da condição humana, que convidavam o leitor a olhar e refletir, de forma inteira e intensa, sobre lacunas, dores, ousadias e transcendências humanas” (Menezes; Lacks, 2003, p. 95).

Além desses atributos, a *Motrivivência* contribuiu para estimular a reflexão em torno de diversos pressupostos teórico-metodológicos e epistemológicos, constituindo-se desde a sua fundação não apenas como um espaço democrático de debate e veiculação do conhecimento como também como uma estratégia de incentivo à produção do conhecimento; constituía-se, assim, num encorajador espaço acadêmico, pois estimulava o desenvolvimento de uma orientação científica que resultou em conhecimentos específicos da Educação Física, cujos objetivos se centravam nas reais necessidades dos indivíduos e da sociedade; como ser que constrói sua própria história, mesmo diante das contradições advindas dessa sua construção, enfim, do homem como ser social e histórico (Menezes; Lacks, 2003).

O projeto editorial da *Motrivivência* se inicia de forma diferenciada das outras poucas revistas existentes na época. A revista buscava desde o início uma legitimidade enquanto projeto científico, ao mesmo tempo em que procurava sair dos cânones da ciência positivista, até esta época impregnada em grande parte nos periódicos da área, salvo raras exceções. A lógica interna do projeto editorial era constituída de diversas seções, tais como: Textos Temáticos, Cientifique-se, Experimentando, Ponto de Vista, Grupos

de Estudo, Porta Aberta, Homenagens Especiais e outras. Isso fez com que ela se consolidasse junto à comunidade acadêmica como uma revista diferenciada, aberta, científica, estética e de circulação que alcançava iniciantes (graduação) e iniciados (pós-graduação), além da formação continuada.

Nesta fase, no processo de editoração da *Motrivivência*, destacam-se alguns episódios, situações e eventos que marcaram a gênese da revista nos seus primórdios no âmbito do DEF/UFS. Com efeito, para além dos limites para sua implantação e consolidação, pode-se evocar suas contribuições para a comunidade acadêmica da UFS e repercussões em outras instituições de ensino superior. Além disso, o projeto ofereceu como legado para a produção e veiculação do conhecimento no âmbito das chamadas Ciências do Esporte outra concepção de revista científica e, consequentemente, de homem, mundo, sociedade, ciência, pesquisa, educação física, corpo e cultura corporal.

A *Motrivivência* foi concebida a partir do incentivo do professor português Manuel Sérgio Vieira e Cunha. De acordo com ele, faltava ao DEF/UFS uma cultura de pesquisa, sugerindo a criação de uma revista científica e cursos de pós-graduação para formar novas gerações de pesquisadores e leitores. Esse fato fez com que lhe fizéssemos uma homenagem na 1ª edição, agraciando-o com a seguinte citação sua: “O importante é partir e não chegar...”

*Motrivivência* foi pensada como uma revista temática, em cujo espaço professores e estudantes podiam publicar questões polêmicas da Educação Física, Esportes e Lazer. A ideia era que cada edição, na forma de dossiê, se convertesse numa espécie de antologia sobre tema da vida cotidiana da área, articulado com os temas que extrapolam o universo das práticas corporais, tais como: currículo, esporte, lazer, educação física escolar e outros. Seus editoriais, desde o começo e na atualidade, buscam não apenas apresentar os textos dos autores, mas também dar pistas e indicações para os leitores sobre outras possibilidades de reflexões epistemológicas para além dos textos publicados.

O surgimento da revista se dá nos anos 80, período da chamada transição democrática ou redemocratização, quando assume, em 1985, o presidente José Sarney, que sucedeu o último general-presidente João Batista de Figueiredo. Sarney foi cognominado de presidente da transição para a democracia, assumindo o cargo após a morte de Tancredo Neves, presidente eleito indiretamente pelo Congresso Nacional, que nem chegou a tomar posse. Enfrentou um período de inflação descontrolada através de diversos planos, sendo o Plano Cruzado o que teve sucesso por mais tempo. Várias concessões políticas a seus grupos de sustentação impediram a manutenção de uma política econômica austera. Foram anos muito difíceis para as universidades públicas. Após a gestão de Sarney, assume a presidência Fernando Collor de Melo (1990-1992) que, com os seus planos econômicos, tinha como objetivo saquear as contas particulares e poupanças nos bancos acima de uma determinada quantia e, aliado a isso, abrir o mercado para a entrada de produtos estrangeiros. Seu *impeachment* decretado pelo Congresso Nacional fez com assumisse o seu vice, Itamar Franco (1992-1994), que por sua vez deu início ao processo de desindexação da economia que levou ao Plano Real, deixando o mandato em 01 de janeiro de

1995, com índice de popularidade entre os mais altos da República, momento histórico em que se mostrava dócil ao grande capital externo e aproveitava-se da concorrência intramonopólica. Ele tinha como meta “a modernização capitalista, sucateando o capital estatal, destruindo o pequeno e o médio capital, implodindo a tecnologia forânea e abrindo nosso parque produtivo para o capital que detém esta tecnologia. Esse fato tornou ainda mais miserável o enorme contingente de assalariados que viveram a brutalidade mais aguda da história republicana” (Antunes, 2005 p. 12).

É no rescaldo dessas etapas das políticas sociais com seus embates, contradições e idiosincrasias que as quatro primeiras edições são publicadas, de 1988 a 1993, sob os seguintes temas: “Currículo” (nº 1 – 1988), “O esporte e suas diversas concepções” (nº 2 – 1989), “O corpo” (nº 3 – 1990) e “A Educação Física escolar e o compromisso com a escola pública” (nº 4 – 1993). É um período que se caracteriza pelas constantes ameaças de privatização das universidades e do patrimônio público em geral, conforme pode-se observar nos estudos de Fagnani (1997),<sup>1</sup> o que de algum modo refletia-se na política gestada em Sergipe. Esse processo paulatino de sucateamento da universidade brasileira implica no advento da universidade operacional e no limiar da desertificação social e política neoliberal, iniciada por Collor e FHC, recriada por Lula e continuada por Dilma sob a égide da construção da hegemonia pós-neoliberal (Antunes, 2005; Sader, 2013).

Esse movimento da economia global foi regulado por um processo de cobrança de dívida mundial, sufocando as instituições do estado nacional e contribuindo para eliminar empregos e reduzir a atividade econômica (Chossudovsky, 1999). Nesta perspectiva, os planos estruturais de ajuste do FMI e Banco Mundial foram adotados por quase todos os governos do planeta e inclusive o governo brasileiro; pretendiam orientar-se para uma economia de livre mercado, cujo objetivo central é a maximização do lucro e não consideração das conseqüências desumanas da atividade econômica capitalista sobre as populações cada vez mais imersas no reino da necessidade e da precarização. Todo esse processo culminou por sufocar as instituições dos Estados nacionais, contribuindo, desta maneira, para destruir, precarizar (emprego informal) ou eliminar os empregos, destruir a Educação reduzir e desestabilizar a atividade econômica. Este processo levou ao fechamento de departamentos e a diabolização da liberdade acadêmica em nome da eficiência, competição e produtividade. Nasciam aí as raízes da “universidade operacional” (Chauí, 2003),<sup>2</sup> cujas

políticas científicas produtivistas neoliberais atravessam os anos 80 e 90, consolidando-se de maneira emblemática e violenta até os dias atuais.

Em síntese, pode-se dizer que esses fatos e episódios da conjuntura político-econômica, de algum modo, repercutiam na construção da revista e, de modo ainda tímido, reverberava-se nos primeiros editoriais da revista, seguindo seu curso com mais radicalidade nos próximos editoriais, já na fase catarinense. De acordo com Sader (2013), nas décadas de 80 e 90, a universidade brasileira viveu sob cortes de verbas e constantes ameaças de privatização, dificultando, na prática, a realização e o apoio a projetos emancipatórios de educação na universidade; por exemplo, projetos alternativos como a revista *Motrivivência* e os movimentos sociais revolucionários (MST) foram obrigados a sucumbir, ou sobreviver de esmolas do Estado, da iniciativa privada ou, contraditoriamente, de instituições ligadas à burguesia do capital industrial. Não houve outra saída a não ser submeter um projeto editorial progressista e crítico à política do favor de uma instituição que sustentava em seus projetos e práticas políticas e ideológicas as contradições dos capitalistas integrantes, o CNI-SESI (Confederação Nacional das Indústrias/Serviço Social da Indústria). Esse fato representou um verdadeiro dilema, por esta instituição ser concebida como um complexo organismo que se constrói com o fim de buscar a hegemonia da visão de mundo da burguesia industrial, visando, com isso, preservar e dinamizar a acumulação do capital industrial (Rodrigues, 1998, p.7). Todavia, é preciso reconhecer que o início da sua trajetória em Sergipe o periódico contou também com o apoio do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE), do Instituto Nacional para o Desenvolvimento do Esporte (INDESP – Ministério Extraordinário do Esporte) e, de maneira mais tímida, do CNPq (Ferreira Neto *et al.*, 2003, p. 63).

### A revista *Motrivivência* no contexto político do estado de Sergipe e do Departamento de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe

A *Motrivivência* surge em 1988, num momento político em que o estado de Sergipe se encontrava sob a égide do PDS desde 1982, produto da ditadura e que almejava popularidade, requisito necessário ao enfrentamento dos pleitos eleitorais. É neste interregno que é resgatado o incentivo aos jogos e competições escolares no estado sob o pretexto de slogans já desgastados como *esporte é educação*, *esporte é saúde* ou o adágio dualista “mens-sana-in-corpore-sano”. Todos esses discursos trazem em seu cerne uma tendência a mascarar a realidade do esporte pelo mito da esportividade, tendo como um dos objetivos veicular massivamente essa ideologia, visando, impor a participação da sociedade civil, visando o efetivo sucesso da campanha político-eleitoral vigente. (Ferreira Neto, 1999, p. 77). É nesse meandro, a partir da sua primeira edição, datada de 1988, que a *Motrivivência* nasce sob a égide do tema *O Esporte e suas diversas Concepções*, tendo como meta a abertura de novos caminhos para a Educação Física, como uma possibilidade de superação de uma pedagogia voltada apenas para o esporte de elite, conforme editorial da 1ª edição.

1. Conforme os estudos de Eduardo Fagnani, intitulados *Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92* (1997, p. 183-238). Esse período tem três partes: a primeira *estratégia conservadora* (1985/1988); a segunda, *estratégia reformista* e a terceira, *contra-reforma conservadora* (1987/1992), marcada por duas etapas: a *gestação* (1987-90) e a *implementação truncada* (1990-1992). Esses três períodos podem servir de balizamento para entender o contexto sócio-político do surgimento da *Motrivivência*.

2. A universidade operacional continua seu curso na produção de fetiches e simulações pós-modernas de construção e veiculação do conhecimento, tendo como pressuposto ontológico a perspectiva de um “sistema acumulação flexível”, que traz consigo a idéia da pesquisa como um simulacro de ciência; que se traduz em simulações do ato de pesquisar.

Este processo de contextualização da revista, em razão das dificuldades para o seu surgimento, exige também que nos debruçemos sobre as políticas acadêmicas e, em especial, das condições para a implementação de políticas editoriais nas universidades naquele momento histórico. De fato, não havia ainda uma política científica e nem uma mentalidade tanto para a pós-graduação quanto para projetos editoriais de periódicos. No contexto dos anos 80, a *Motrivivência* surge como uma ousadia, entusiasmo e pragmatismo da parte de alguns professores, um jornalista que atuava fora do âmbito universitário, poucos alunos do Centro Acadêmico do DEF e alguns colaboradores de outras áreas do conhecimento da UFS. O que havia, nas entrelinhas do discurso e ação desse grupo fundador da revista, era o ideal de construir um espaço editorial aberto, no qual fosse possível veicular conhecimento crítico participativo e, naquele tempo, progressista. Intenção essa em razão do desejo de mudanças na educação e na política brasileira. Deve-se, contudo, reconhecer que também era um período de pouca consistência teórica do conselho editorial e intenso envolvimento político com os grupos e movimentos sociais de esquerda. Era a única revista da área no Nordeste do Brasil, região que, ainda hoje, é carente de projetos de pós-graduação *strictu sensu* e projetos editoriais que dêem conta das enormes demandas sociais, políticas e econômicas da região, inclusive no que tange às problemáticas da cultura corporal. Isso revela o pioneirismo da *Motrivivência*, cujo projeto revelava que a produção e veiculação do conhecimento se constituíam em passos para o amadurecimento e avanço científico da Educação Física brasileira numa perspectiva epistemológica, ontológica e ideológica diferenciada. Tal fato, situando-a no âmbito da sociedade capitalista, faz com que a revista, com sua linha editorial crítica, suas seções, sua orientação teórico-metodológica e pedagógica de resistência, se tornasse um importante instrumento e parâmetro teórico-metodológico, visando à construção de um projeto de formação humana emancipatória e alternativa à lógica do capital (Taffarel *et al.*, 2003; Menezes; Lacks, 2003).

O processo de criação e manutenção da revista, da sua criação e na fase sergipana, conforme já foi mencionado, foi evitado de obstáculos, pela falta de mentalidade e sensibilidade da comunidade do DEF/UFS para projetos científicos emancipatórios e alternativos. Neste sentido, havia muitos motivos para barrar o nascimento da revista; um deles era apenas por razões mezinhas e de provincianismo no plano da competitividade pessoal, além da herança do mandonismo implementado desde a criação do curso, em 1974. Esse fato era resultante do *ethos* que se caracterizava pela confusão entre o mundo privado e o mundo público, isto é, do interesse particular sobrepujando o coletivo (Menezes, 1998). O processo de criação e editoração dos quatro exemplares da revista dessa fase foi marcado por relações sociais e políticas de natureza conflituosa e contraditória no âmbito do que chamamos de *imbróglio* político-ideológico, que se caracterizava por aquilo que na atualidade é chamado de assédio moral. Trata-se da fusão do abuso de poder dos dirigentes e do conservadorismo político-ideológico, epistemológico, dos resquícios do militarismo do mundo da Educação Física e dos Esportes. Esses elementos, amalgamados num só bloco de conservadorismo científico e político, praticamente

obrigaram esse projeto editorial a migrar para outra instituição, diante da rejeição e resistência conservadora aos projetos políticos-pedagógicos emancipatórios. Mesmo assim, foi um período, contraditoriamente, rico em termos de conflitos e consensos, num contexto de busca de transformações sociais e políticas. O período sergipano da revista foi marcado pelo ambiente da vida cotidiana daquela universidade e do DEF/UFS: uma atmosfera inóspita e ao mesmo tempo favorável às mudanças, em termos de militância e projetos políticos-pedagógicos. No DEF, a atmosfera desfavorável era visivelmente marcada por resquícios da ditadura militar, da concepção militarista de ginástica e esporte, exacerbação do exercício de autoridade e patrulhamento ideológico e epistemológico, já evidenciado em pesquisas de Menezes (1998). Durante o período de gestação da *Motrivivência*, o DEF, assim como a própria UFS, pouco tinha mudado em relação ao modo de fazer política acadêmica. A universidade ainda carregava as marcas das relações clientelistas, que eram profundamente balizadas pelo domínio do mundo privado sobre o mundo público, do interesse particular, da indistinção entre o público e o privado, das ditas relações de amizade e particulares, sobrepujando os interesses de projetos coletivos.

#### **A fase catarinense: a *Motrivivência* na Universidade Federal de Santa Catarina – crise, reformulações, continuidade**

Cumprida sua trajetória inicial em Sergipe, a *Motrivivência* desembarca em Florianópolis no ano de 1993, com a transferência do seu criador e editor-chefe, da Universidade Federal de Sergipe para o antigo Departamento de Práticas Desportivas (RPD), do Centro de Desportos (CDS) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O projeto editorial é acolhido pelo Núcleo de Estudos Pedagógicos da Educação Física (NEPEF), então em construção junto àquele Centro da UFSC.

A revista chega ao NEPEF/UFSC trazendo consigo os problemas e dificuldades de ordem pragmática experimentados na fase sergipana (falta de infraestrutura, periodicidade, financiamento e outras) e das políticas nacionais e locais relativas ao serviço público e às Universidades. Também não se podem desconsiderar suas fragilidades editoriais, no que se refere aos problemas com indexação, periodicidade, qualidade acadêmica de alguns textos, normatização, conteúdo e a definição mais clara da sua política de seções, conforme análises críticas de Ferreira *et al.* (2003) e Taffarel *et al.* (2003). Mas também chega à UFSC, trazendo na bagagem um enorme aprendizado e um emergente reconhecimento e consolidação nacional, em razão de sua proposta editorial alternativa e crítica.

A *Motrivivência*, no início da sua fase catarinense, também teve seu projeto editorial dificultado, de um lado, pelas políticas internas da UFSC e, de outro, pela macropolítica econômica, com base na desertificação neoliberal, que tinha como um dos focos destrutivos as privatizações do patrimônio público, entre elas as inúmeras tentativas de privatização das universidades públicas, como já expressamos (Sader, 2013).

A edição nº 4 (tema: a “Educação Física Escolar e o compromisso com a escola pública”) é publicada já em Florianópolis, naquele mesmo ano de 1993, mas ainda com

a chancela da editoria até então instalada na UFS. Em 1994, visando recuperar a periodicidade temporariamente perdida, a *Motrivivência* lança o nº 5/6/7, um portentoso volume de pouco mais de duzentas páginas, cujo tema, a Pesquisa em Educação Física, refletia o reconhecimento da importância da investigação acadêmica em nossa área, que já iniciava uma tímida expansão da sua pós-graduação. O conjunto de autores presentes nessa edição reflete o processo de transição para Santa Catarina, com textos de vários professores das universidades públicas catarinenses, além de docentes da UFS e de outros pesquisadores renomados, muitos deles do campo da Educação e das Ciências Sociais.

Em 1995, em sua edição nº 8, *Motrivivência* inaugura uma parceria editorial com a RBCE (revista Brasileira de Ciências do Esporte), que era editorada na UFSC, tendo como seu editor-chefe o professor Elenor Kunz – naquele mesmo ano, eleito Presidente da sociedade científica. O apoio financeiro do CNPq compartilhado com a RBCE foi fundamental para que a revista retomasse sua normalidade em termos de periodicidade (anual) e passasse a planejar novos vôos. O tema daquela edição – teoria e prática na Educação Física – além de se constituir num assunto relevante e presente nas discussões da área, bastante ressentida da (pseudo) cisão entre “teóricos” e “práticos”, refletia também a discussão e a produção acadêmica do próprio NEPEF/UFSC. Tanto é assim que, criado o Curso de Mestrado em Educação Física do CDS/UFSC no ano seguinte (1996), assim também se chamou, como de fato é até hoje, a área de concentração voltada às questões do ensino da Educação Física escolar: Teoria e Prática Pedagógica na Educação Física.

No ano do seu décimo aniversário (1998), a edição nº 11 de *Motrivivência* – curiosamente a única em capa não branca (no caso, amarela) - tematiza as políticas públicas de esporte, lazer e Educação Física e anuncia que passa a contar, desde aquela data, com a chancela da Editora da Universidade Federal de Santa Catarina. Efetivamente, a partir daí, a editora da universidade assume os aspectos comerciais da revista (novas assinaturas, renovações, controle financeiro, distribuição) e, já no ano seguinte autoriza a publicação de dois números anuais, tornando-se semestral.

O próximo número (12/1999), pela primeira vez repete um tema (Políticas públicas... II), sob o argumento de que a quantidade e qualidade das contribuições dos autores em resposta à chamada de artigos haviam sido tamanhas que não retomar o tema no número seguinte seria desperdiçar e não dar visibilidade a textos excelentes. Foi também, reconheça-se, uma boa estratégia da editoria da revista para fazer frente e adaptar-se ao novo desafio: fazer dois números anuais, num tempo, recorde-se por oportuno, em que a digitalização e as TICs que temos hoje ainda eram bastante incipientes e precárias. A semestralidade inaugurada em 1999 permanece até hoje, embora já tenhamos tomado a decisão de, a partir de 2015, publicar mais um número anual, passando ao regime quadrimestral.

A parceria com a Editora da UFSC estende-se, com muitos solavancos, até 2007, ano que, já com a periodicidade defasada, publicamos o nº 27, correspondente a dezembro de 2006, sendo essa a última edição impressa da *Motrivivência*. Um círculo vicioso de atraso de edições, em muito provocado pelas constantes e extensas greves das universidades

federais, a redução do número de assinaturas atualizadas e a diminuição no envio de manuscritos originais, associado à crise financeira porque passavam as IFES, fez com que a Editora da UFSC resolvesse, unilateralmente, romper a parceria com a revista – como, de resto, com quase todas as revistas acadêmicas abrigadas naquela editora.

O ano de 2007 anunciava-se, pois, crítico para a sobrevivência da *Motrivivência*. Outras edições atrasaram por conta dessa nova situação e a continuidade do periódico esteve seriamente ameaçada. Uma alternativa vislumbrada em oficina cursada por um dos editores junto ao IBICT/MCT, como atividade do I CONBIDE (Congresso Brasileiro de Informação e Documentação Esportiva – Brasília, abril/2016), era a sua passagem para o espaço digital, através do sistema de editoração eletrônica de revistas (SEER), *software* livre recém-traduzido, customizado e disponibilizado pelo IBICT. Foi quando, já em 2008, dois fatos significativos para a recuperação do nosso periódico aconteceram: de um lado, o convite da professora Ursula Blattmann, docente do PPG em Ciências de Informação da UFSC, para conhecermos a proposta de criação de um portal institucional de revistas *online* da universidade, projeto daquele programa de pós-graduação; de outro, a vinda do professor Ari Lazzarotti Filho (Guego) para Florianópolis, a fim de cursar o seu doutoramento no PPGEF/UFSC. O professor era, então, editor da revista Pensar a Prática (FEF/UFG), publicada à época em versões em papel e digital no SEER e já convivia, no âmbito daquela universidade, com o projeto de construção de um portal institucional de revistas científicas digitais. Nessa condição, o professor Ari prestou, de forma voluntária, inestimável consultoria ao processo de digitalização da *Motrivivência*.

Esses dois movimentos e as possibilidades abertas a partir deles reposicionaram a *Motrivivência* e proporcionaram a sua migração para o espaço digital. Do convite da colega da pós-graduação em Ciências da Informação resultou o ingresso da revista no Portal de Periódicos da UFSC, administrado pela Biblioteca Universitária (BU), para onde foi deslocado o projeto original. Já a consultoria do professor Ari nos permitiu adquirir os conhecimentos necessários para construir nossa página no Portal e passarmos a editar a revista desde ali. Foi também determinante a decisão de pesquisadores ligados ao LaboMidia/UFSC, laboratório e grupo de pesquisa existente no mesmo CDS, que assumiram, desde então, o apoio técnico ao processo de criação e gestão da revista *online* e, ainda mais, o compromisso com a digitalização e disponibilização de todo o acervo da revista no Portal da BU. Foram, portanto, dois desafios vencidos: inaugurar o processo de editoração e publicação dos novos números em formato digital no SEER e, ao mesmo tempo, recuperar os números anteriores para dispor o acervo digital no Portal da revista, feito que foi conseguido integralmente no final de 2011.

### **Novos desafios: modernização e indexação da *Motrivivência***

O desenvolvimento da pós-graduação brasileira, especialmente no que refere à área 21 da CAPES, onde se insere a Educação Física, acentuou-se nos últimos anos. O modelo de classificação dos programas foi reformulado e tornou-se mais rígido, implicando em menor flexibilidade

nos processos de credenciamento/recredenciamento de docentes, baseado, sobretudo na sua produção científica qualificada. Com isso, o sistema de qualificação dos periódicos interessantes para a pós-graduação, o Qualis/CAPES, tornou-se o principal parâmetro para docentes e discentes de pós-graduação em relação à escolha de onde irão escoar sua produção, isto é, para quem revistas enviarão seus artigos. Desde então, os editores da área passaram a ouvir de seus pares a célebre pergunta, que pode representar uma sentença de vida ou morte: *qual é o Qualis da sua revista?*

Alguns periódicos tiveram maior agilidade em adaptar-se às exigências dos indexadores internacionais e tornaram-se melhor “Qualis-ficadas”. Outras sofreram mais e, por isso, algumas chegaram a cair num certo ostracismo acadêmico, tendo enormes dificuldades para captar bons textos originais, perdendo, com isso, sua periodicidade e, até mesmo, sendo obrigadas a interromper suas atividades por tempos variados. Novas revistas, criadas nos últimos anos, também têm sofrido bastante para se instituírem como veículos de difusão da produção acadêmica da área, por não disporem ainda de uma boa classificação no referido sistema.

Esse cenário pegou a *Motrivivência* em pleno processo de recuperação da sua periodicidade, após a migração para o sistema SEER do Portal da UFSC. Naquele momento, entendemos ser mais importante reduzir o período de atraso na publicação das novas edições e garantir a migração total do acervo para a plataforma digital. Além disso, características históricas do nosso projeto editorial não se coadunavam com as exigências de modernização dos periódicos científicos da área, impostas por indexadores internacionais. Em muitos momentos, fomos questionados por colegas, por coordenadores e docentes de programas de pós-graduação e por representantes da Educação Física na área 21 da CAPES, que alertavam para os perigos de que a nossa obstinação em manter o projeto editorial original da revista poderia terminar por inviabilizá-la. O xeque-mate, todavia, veio do próprio Portal da BU/UFSC, onde estamos acolhidos. O conselho gestor do Portal, composto por editores de periódicos da UFSC e representantes da BU, aprovou, em 2012, um conjunto de normas para aperfeiçoamento daquele projeto, entre as quais se incluíram condicionantes para ingresso e permanência de periódicos. Um dos quesitos é que a revista atenda, no mínimo, aos critérios exigidos para ser classificada como B2 no sistema Qualis da sua área de conhecimento junto a CAPES. Instalava-se, pois, novo desafio para a *Motrivivência*: por um lado, buscar sua modernização, criando condições para manter-se no Portal – e, para tanto, de forma indireta, atender às exigências de indexação utilizadas como parâmetro pela CAPES para a pós-graduação da área 21; por outro, resolver o quê e como preservar suas características originais, de modo a não abandonar os princípios fundamentais do nosso projeto editorial original, de natureza crítica, com ênfase nas ciências sociais, que sempre identificou a revista com as demandas sociais pelo acesso ao esporte, ao lazer e à Educação Física, de qualidade, para todos/as.

Tomando como referência os critérios para a indexação no sistema LILACS/BIREME, condição que, na área 21, permite o acesso à classificação como B2, partimos para a reformulação necessária (e cuidadosa) da revista. O primeiro passo foi revisar e reformular nosso conselho editorial, trazendo para ele a participação de mais nomes nacionais

e internacionais respeitáveis, que ajudassem a avaliar e qualificar as reformas que iríamos proceder. Na seqüência, a reforma e ampliação do corpo permanente de revisores, identificado como muito pequeno e excessivamente endógeno; o enxugamento e a reorganização da política de seções da revista; a substituição do caráter temático das edições por uma seção temática eventualmente convocada, mantendo fluxo contínuo para as demais seções; a revisão das normas para autores e dos parâmetros para os avaliadores, entre outras modificações, foram, enfim, ajustes editoriais que contribuíram para trazer para a *Motrivivência* os quesitos necessários a fim de que pudesse ser indexada definitivamente pelo LILACS, condição que ela ainda postula, depois de uma avaliação de “aprovação com restrições” exarada pelo comitê científico do sistema, em dezembro de 2013 – mais uma vez, para tanto, a consultoria oferecida generosamente pelo professor Ari (Guego) Lazzarotti Filho e pelos bibliotecários da equipe do Portal de Periódicos da BU/UFSC nos tem sido fundamentais.

Somos forçados a reconhecer que nem todas as exigências da metodologia de indexação do LILACS foram cumpridas, algumas porque, por se tratar de um indexador da área da saúde, nem sempre é possível associá-las ao nosso projeto editorial, orientado nas ciências humanas e sociais. No entanto, conta a nosso favor a tradição que a revista tem na área, consubstanciada nesses 25 anos de produção, além do fato de encontrar-se totalmente disponível em formato digital de acesso livre. Atuais docentes das universidades e de programas de pós-graduação relatam ter iniciado sua vida acadêmica, no tempo da graduação, lendo e quiçá publicando nas páginas da *Motrivivência* (ver, por exemplo, Menezes; Lacks, 2003).

### Periódicos científicos da educação física: profissionalização e pós-graduação

Neste último tópico do texto, iremos refletir brevemente sobre um certo mal-estar que paira sobre a academia, envolvendo cientometria e produtividade/productivismo, por entendermos que esse fato diz respeito diretamente aos periódicos científicos (e, neste caso, à *Motrivivência*), implicando em dificuldades para o seu aperfeiçoamento e, em alguns casos, para a própria sobrevivência dos mesmos. Para tanto, vamos nos valer de dois ensaios recentemente publicados pela Revista Brasileira de Educação, que estabelecem um diálogo rico sobre o tema (Trein; Rodrigues, 2011 e Vilaça; Palma, 2013).

O texto dos dois primeiros autores inicia com uma constatação que recorre a uma metáfora ao título do clássico livro de Freud (O mal estar na civilização, publicado em 1929). Segundo eles,

“Um mal-estar assombra a Academia: o mal-estar provocado pelo fetiche do conhecimento-mercadoria e o seu canto de sereia – o produtivismo. Professores, pesquisadores e estudantes universitários, e até mesmo os chamados “gestores de Ciência e Tecnologia”, enfim, a Academia parece estar desagradada e, em alguma medida, degradada pela direção e pelo ritmo do desenvolvimento das transformações em curso no chamado sistema brasileiro de ciência e tecnologia.” (Trein; Rodrigues, 2011, p. 769)

A perplexidade aumenta, segundo os autores, porque, a despeito das evidências cada vez mais concretas dos limites desse processo e das consequências deletérias em âmbito pessoal, institucional e ao próprio desenvolvimento do sistema nacional de ciência e tecnologia, “os membros da Academia parecem igualmente convencidos da inevitabilidade dessa marcha forçada ao Desenvolvimento Científico & Tecnológico e também de suas proclamadas finalidades ‘sociais’” (Trein; Rodrigues, 2011, p. 769).

Utilizando-se de um referencial freudiano-marxista, Train e Rodrigues (2011) sugerem que a produção/veiculação do conhecimento vem se tornando mercadoria, isto é, perdendo seu valor de uso e assumindo um valor de troca. Nesse sentido, entendem que se implanta um caráter de fetichização do conhecimento-mercadoria, que hierarquiza os autores e se torna moeda válida no que chamam mercado acadêmico, na troca por promoção pessoal (proporcionando valores como “empregabilidade” e “publicabilidade”, Vilaça e Palma, 2013), progressões profissionais, financiamentos para pesquisas, etc.

Um dos aspectos que gostaríamos de abordar refere-se, no caso da Educação Física, aos critérios reconhecidos pela Área 21/CAPES para avaliação dos programas de pós-graduação, os quais, indiretamente, também orientam os processos de credenciamento/recredenciamento de docentes e orientadores, impactando objetivamente os periódicos da área. Tratamos disso no editorial “Sobre a pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos”, na edição nº 39 (dezembro/2012)<sup>3</sup> e a ele voltaremos a nos referir.

De fato, ao estabelecer a indexação de revistas em bases internacionais (as principais delas empresas privadas, como *Scopus/Elsevier* e *Web of Knowledge/Thomson Reuters, ex- ISI*) como a política de classificação dos periódicos e tomá-los como principal indicador de qualidade da produtividade dos programas, docentes e discentes da pós-graduação, a Área 21 – isto é, os gestores da CAPES e os coordenadores de pós-graduação da área - criaram, por um lado, uma corrida dos autores por publicação nas (poucas) revistas que tem essa condição (o tal estrato superior do Qualis/CAPES); por outro, provocam uma tendência de padronização dos projetos editoriais dos periódicos (*herding* ou comportamento de rebanho, como afirmam Young *et al.*, 2008, citados por Vilaça e Palma, 2013), os quais precisam se adequar aos ditames dos indexadores para não sucumbirem por subnutrição, isto é, pela falta de submissão de artigos de boa qualidade para publicação. Vale aqui, para autores e para editores de periódicos, a mesma máxima repetida como mantra: “publicar ou perecer”!

Além disso, nos espanta o fato de que o principal critério de avaliação de qualidade da ciência publicizada em periódicos, em âmbito mundial, o Fator de Impacto (FI), publicado no *Journal Citation Reports (JCR)*, é definido por apenas uma empresa privada, cujos interesses neste mercado do conhecimento são baseados no lucro e não propriamente em critérios epistemológicos – a Thomson Reuters. Não bastasse isso, cabe destacar o paradoxo de que, sendo o FI um valor numérico atribuído aos periódicos

conforme o número de citações de itens citáveis dos mesmos é lícito concluir-se que a qualidade dos periódicos é, na realidade, determinada por critérios quantitativos, cujo controle escapa até mesmo à própria empresa que o divulga<sup>4</sup> (Vilaça; Palma, 2013, p. 478-9).

Nossa posição aqui não é contra a formatação das regras do jogo estabelecidas pela CAPES para a nossa pós-graduação no que diz respeito ao sistema de classificação dos periódicos. Embora se possa discordar de vários aspectos, inclusive sobre o critério de reconhecimento dos periódicos por indexação a bases internacionais que, como vimos, são empresas privadas, é importante que essas regras sejam consolidadas e reconhecidas, permitindo que programas e docentes da pós-graduação possam se planejar para melhorar seus status com base nessas normas. Porém, essa mesma situação tem gerado alguns equívocos ou, no mínimo, deixam dúvidas a respeito da qualidade dessa produção. Por um lado, porque, como já nos referimos acima, a qualidade da produtividade é baseada em quantidade, isto é, no número de artigos publicados nos periódicos de estratos superiores, que representam pontos a serem atribuídos na avaliação dos seus autores. Neste sentido, mais é melhor! Simples assim. Tal situação normalmente não leva em conta distorções como o elevado número de coautorias, muitas delas nitidamente “de fachada” e “cruzadas”; a produção em série de artigos “fatiados” da mesma pesquisa, as citações mútuas, negociadas entre autores e/ou editores para melhorar fator de impacto, etc. Além disso, na análise da qualidade dessa produção, pouco se tem refletido sobre a relevância social das pesquisas, sobretudo pelo fato de que, para serem melhor avaliados, muitos autores, financiados quase sempre com verbas públicas – ou seja, da sociedade brasileira -, optam por publicações em periódicos internacionais, preferencialmente em língua inglesa, que valem normalmente mais pontos, em detrimento das possibilidades de acesso por parte de uma comunidade científica nacional, regionalizada, com enormes desigualdades, que tem dificuldades para apropriação dos conhecimentos por causa dos limites de domínio da língua inglesa (Rodrigues, 2007).

Para além disso, a própria CAPES até pouco tempo sequer considerava,<sup>5</sup> em suas normas para avaliação dos programas de pós-graduação e para indicativo de pontuação para credenciamento/recredenciamento dos seus docentes, o trabalho editorial que, no caso da realidade da nossa área, é eminentemente voluntário. No editorial da *Motrivivência* a que nos referimos anteriormente, assim nos posicionávamos:

4. Por exemplo, como fica o FI de periódicos que tem artigos “despublicados” por má conduta ética – fato cada vez mais comum –, mas que já contabilizaram para si um determinado número de citações? Aliás, Cleber Dias e Ana Márcia Silva, editores da revista *Pensar a Prática (FEF/UFG)*, trataram disso recentemente em lúcido editorial, em que reivindicam a necessidade de se rever o FI como principal qualificador dos periódicos da área (Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/fef/article/view/26638/15239>).

5. Ao que consta, essa situação estaria sendo revista, mas não nos foi possível confirmar que isso já esteja de fato acontecendo.

6. Disponível em: [http://www.cbce.org.br/upload/file/Carta%20CBCE%20pesquisadores%20Ed\\_Fis\\_%281%29.pdf](http://www.cbce.org.br/upload/file/Carta%20CBCE%20pesquisadores%20Ed_Fis_%281%29.pdf)

3. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/2175-8042.2012v24n39p7/23407>



“Paradoxalmente, embora haja o reconhecimento compartilhado pelo campo acadêmico de que as revistas de uma área do conhecimento, responsáveis pela veiculação da produção acadêmica proveniente dos programas de pós-graduação dessa mesma área ou áreas afins, são grandes parceiras do desenvolvimento desses programas, isso não é devidamente reconhecido e valorizado pela CAPES. Estamos nos referindo aqui ao trabalho voluntário daqueles que são responsáveis pela produção dos periódicos e que, na maioria dos casos, são igualmente docentes dos programas de pós-graduação. Esse papel importante sequer é admitido pela CAPES como critério relevante para a avaliação desses docentes de programas de pós-graduação que são também, como dissemos, editores, revisores e colaboradores das revistas.” (Silva; Pires, 2012, p. 8)

Esse mal-estar acadêmico tem provocado manifestações em diversos campos da ciência nacional e, aos poucos, vem chegando à Educação Física. A própria RBCE já levantou tais questões em editoriais que preconizam a necessidade de profissionalização dos processos de desenvolvimento dos periódicos científicos da área. Destacamos o trecho a seguir para ilustrar a posição dos editores daquele periódico:

“Ou as revistas se profissionalizam e deixam de viver à custa da dedicação de alguns, ou elas, e a área como um todo, seguirão com dificuldades em avançar.” (Vaz; Almeida; Bassani, 2012, p. 519)

Também o CBCE, na Carta aos Pesquisadores do Campo da Educação Física Brasileira,<sup>6</sup> manifestou seu apoio ao trabalho de editores, membros de conselhos editoriais, revisores e colaboradores de revistas, considerando justa e necessária a definição de mecanismos que valorizem estas atividades de docentes nos processos de avaliação da Área 21 da CAPES.

### Concluir para continuar a trajetória...

A guisa de considerações finais, cumpre-nos reafirmar a posição da *Motrivivência*, ratificando valores que orientaram a revista ao longo destes primeiros 25 anos de circulação. Nosso entendimento é de que sim, nosso campo acadêmico precisa desenvolver-se e consolidar-se no sistema nacional de ciência e tecnologia, o que implica em estabelecer parâmetros para qualificar os meios que veiculam e tornam acessíveis os conhecimentos produzidos na área, sobretudo os periódicos. Estamos de acordo e lutando por isso! Não obstante, acreditamos que não devem os periódicos da Educação Física, em que pese nossa atual alocação no campo da saúde, renegarem a tradição histórica da área no âmbito das ciências humanas e sociais e na pedagogia, para filiarem-se acriticamente a critérios científicos cuja essencialidade não está intrinsecamente ligada a essa Educação Física. No que nos diz respeito, o projeto editorial da *Motrivivência* mantém seu compromisso com os pesquisadores do campo crítico-social, priorizando enfoques que tragam luz e reflexão sobre a nossa dinâmica sociocultural, tais como políticas públicas, programas sociais, mundo do trabalho, lazer, escola, etc.; que

explícitem pressupostos e relatem experiências de práticas pedagógicas emancipatórias; que tematizem o esporte e o lazer como bens culturais a serem apropriados e reivindicados por e para toda a população, a despeito de diferenças de classe, gênero ou raça/etnia; que destaquem a dança, a arte e a estética como quesitos formadores e de humanização dos homens e mulheres. Para tanto, temos recebido o apoio, o prestígio e a confiança de muitos autores, revisores e colaboradores, que tem nos ajudado a perseguir esse caminho.

Enfim, a despeito da necessidade de “entrarmos no jogo”, modernizando nossas rotinas e práticas editoriais e reivindicando uma indexação (ao LILACS) que poderá representar nossa permanência no Portal de Periódicos da BU/UFSC, não sacrificamos nem sacrificaremos os princípios do nosso projeto editorial, mesmo com todos os impasses e dificuldades encontradas em toda nossa trajetória na política editorial.

Por ter uma linha editorial crítica, *Motrivivência* teve problemas tanto na sua fase sergipana quanto na fase catarinense. Mesmo assim, conseguimos dar alguns saltos qualitativos e, neste sentido, vimos experimentando o desafio de *modernizar-se* e continuar sendo uma referência de parâmetros teórico-metodológicos, de caráter crítico-reflexiva, que busque incansavelmente, veicular textos sobre as problemáticas significativas da cultural corporal e de movimento no âmbito da Educação Física brasileira.

Antes de encerrarmos, deixamos para a reflexão alguns fragmentos dos textos veiculados na edição comemorativa dos 15 anos da revista. Esses intelectuais são fundadores, apoiadores e colaboradores da revista desde sempre. Suas vozes, reflexões e idéias são testemunhas oculares da história e puderam experimentar na pele os problemas, dilemas e avanços durante toda a trajetória da *Motrivivência*, com suas resistências e utopias. Para Américo Menezes e Solange Lacks (2003), “(...) podemos afirmar que a implementação da revista *Motrivivência* foi significativa para a Educação Física sergipana, em especial na Universidade Federal de Sergipe, pois, entre outros aspectos, auxiliou o fortalecimento do curso, introduzindo-o na produção acadêmica, até então pouco visitada”. Celi Taffarel (2003) reconhece que a revista *Motrivivência*, desde o seu início, instituiu-se na comunidade acadêmica da Educação Física como um importante interlocutor teórico-metodológico, epistemológico e ideológico, na busca de referências éticas e políticas para a produção e socialização do conhecimento, na perspectiva da superação do capitalismo. E concluindo, deixamos fragmento de um poema de Inezil Pena Marinho, com o qual Amarílio Ferreira Neto (1999) homenageou a trajetória da *Motrivivência*:

(...) se morresses... não sei o que seria  
De quem na vida sempre amou-te tanto,  
Em tua dor verteu sincero pranto,  
Contigo repartiu sua alegria.

### Conflitos de interesse

O autores declaram não haver conflitos de interesse.

## Referências

- Antunes, R. *A desertificação neoliberal no Brasil: (Collor, FHC e Lula)*. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.
- Bobbio, N. *O tempo da memória*. São Paulo: Campus, 1997.
- Chauí, M. *A universidade operacional sob nova perspectiva*. Conferência de Abertura da ANPED. Poços de Caldas, 05/10/2003.
- Chossudovsky, M. *A globalização da pobreza: impacto das reformas do FMI e Banco Mundial*. São Paulo: Moderna, 1999.
- Dantas, I. *História de Sergipe: República (1989-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- Fagnani, E. Política social e pactos conservadores no Brasil: 1964-92. *Revista Economia e Sociedade*, Campinas, n. 8, 1997.
- Ferreira Neto, A. Carta ao Editor. *Revista Motrivivência*, Ano XI, n. 12, maio, 1999.
- Ferreira Neto, A. et al. Fórmula editorial e graduação: 15 anos de *Motrivivência*. *Revista Motrivivência*, Ano XV, n. 20-21, março-dezembro, 2003.
- Hobsbawm, E. *A era dos extremos: o breve século XX*. 2 ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2006.
- Leiro, A. C. R. Carta ao Editor. *Revista Motrivivência*, Ano XI, n. 12, maio, 1999.
- Menezes, A; Lacks, S. *Motrivivência*: primeiros passos e contribuições. *Revista Motrivivência*, 15 Anos, Ano, XV, n. 20-21, março/dezembro, 2003.
- Menezes, J. A. S. Escola de Educação Física da Universidade Federal de Sergipe: uma possível história. In: Ferreira Neto, A. (Org.). *Pesquisa histórica na Educação Física*. Aracruz, ES: Faculdade de Ciências Humanas, 1998.
- Mills, W. *A imaginação sociológica*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- Rodrigues, J. S. *O moderno príncipe industrial: o pensamento da confederação nacional da indústria*. Campinas: Autores Associados, 1998.
- Rodrigues, L. O. C. Publicar mais, ou melhor? O tamanduá olímpico. *Rev Bras Cienc Esporte*, Campinas, v. 29, n. 1, p. 35-48, set. 2007.
- Sader, E. A construção da hegemonia pós-neoliberal. In: Sader, E. (Org.). *Lula e Dilma: 10 anos de governos pós-neoliberais no Brasil*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: FLACSO Brasil, 2013.
- Silva, M.R.; Pires, G.L. A pós-graduação, a CAPES e os periódicos científicos (Editorial). *Motrivivência*, ano XXIV, n. 39, p. 07-13, dez./2012 (<http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2012v24n39p7>).
- Taffarel, C. N. Z. et al. O que não me mata me deixa mais vivo: a revista *Motrivivência* e a indicação de parâmetro teórico metodológico para a Educação Física brasileira. *Revista Motrivivência*, 15 Anos, Ano, XV, n. 20-21, março/dezembro, 2003.
- Trein, E.; Rodrigues, J. O mal-estar na academia: produtivismo científico, o fetichismo do conhecimento-mercadoria. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro: ANPED; Campinas: Autores Associados, v. 16, n. 48, p. 769-819, set./dez. 2011.
- Vaz, A. F.; Almeida, F. Q.; Bassani, J. J. Profissionalização dos periódicos: novamente (editorial). *Rev. Bras. Ciênc. Esporte*, Florianópolis, v. 34, n. 3, p. 519-520, jul./set. 2012.
- Vilaça, M. M.; Palma, A. Diálogo sobre cientometria, mal-estar na academia e a polêmica do produtivismo. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, jun. 2013.